

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 20.

Os medicamentos desempenham um papel essencial na preservação da vida, na promoção da saúde e na garantia de dignidade à população. No entanto, no Brasil, o acesso a esses bens fundamentais é dificultado por um fator estrutural grave: o elevado preço dos remédios, que está entre os mais altos do mundo. Embora os diversos agentes do setor farmacêutico apontem a alta carga tributária como principal responsável por essa realidade, é inegável que o maior prejudicado é o consumidor final, que acaba arcando com praticamente todos os impostos embutidos ao longo da cadeia produtiva e de comercialização.

Diferentemente do que ocorre em muitos países desenvolvidos, no Brasil, os gastos com medicamentos não são amplamente reembolsados pelo Estado nem pelos planos de saúde. Assim, o cidadão, especialmente aquele de menor renda ou portador de doenças crônicas, precisa comprometer uma parcela significativa de seu orçamento para adquirir remédios indispensáveis. A situação torna-se ainda mais alarmante quando se observa que cerca de 33,9% do preço final dos medicamentos corresponde a tributos, conforme estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. Trata-se de um percentual extremamente elevado para um produto cuja essencialidade é indiscutível.

Essa política tributária revela uma contradição evidente quando comparada à taxa de outros produtos. Enquanto medicamentos são onerados pesadamente, itens supérfluos ou até prejudiciais à saúde, como o sal de cozinha ou os artigos de joalheria, recebem uma carga tributária menor. Tal incoerência demonstra que o princípio constitucional da essencialidade não vem sendo devidamente respeitado pelas autoridades fiscais brasileiras.

A decisão de tributar consideravelmente os medicamentos não é apenas econômica, mas sobretudo política e social. Países que adotaram alíquota zero ou reduzida para esses produtos, como Canadá, México e Reino Unido, compreenderam que facilitar o acesso aos remédios contribui para a prevenção de doenças, a redução de internações, a melhora da qualidade de vida e o aumento da produtividade da população. Além disso, a redução dos custos com a saúde pública acaba beneficiando o próprio Estado.

Assim, repensar a carga tributária incidente sobre os medicamentos, no País, é medida urgente e necessária. Reduzir impostos sobre bens essenciais não deve ser visto como perda de arrecadação, mas como investimento em saúde pública, justiça social e desenvolvimento econômico. Sem essa mudança de perspectiva, o acesso aos medicamentos continuará sendo um privilégio para poucos, quando, na verdade, deveria ser um direito garantido a todos.

Internet: <ictq.com.br> (com adaptações).

No que se refere às ideias do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 Predomina no texto a tipologia dissertativo-argumentativa, com apresentação claramente definida de tese, sustentada por meio de dados, comparações internacionais e argumentos de autoridade.
- 2 A estrutura do texto, com foco em políticas públicas, cujo tema central é a alta tributação dos medicamentos, é marcada por subjetividade e defesa de ponto de vista crítico à temática nele presente.
- 3 A posição assumida no texto é neutra e objetiva, limitada à exposição de informações técnicas a respeito de tributos.
- 4 Infere-se do texto que a política tributária brasileira, ao desconsiderar a essencialidade dos medicamentos, contribui para ampliar desigualdades no acesso à saúde pública, sobretudo entre as camadas da população de maior vulnerabilidade econômica.
- 5 Depreende-se do texto que a inexistência de reembolso estatal ou por planos de saúde para a compra de medicamentos no Brasil transfere ao consumidor final o ônus dos tributos incidentes ao longo da cadeia produtiva.
- 6 Infere-se do texto que, no Brasil, a elevada carga tributária sobre os medicamentos decorre exclusivamente da incidência de impostos estaduais, responsáveis pelo encarecimento desses produtos.
- 7 Sustenta-se, no texto, que a redução de impostos sobre medicamentos traria prejuízos econômicos ao Estado, pois aumentaria os gastos públicos com internações e tratamentos médicos.

Com referência à estruturação linguístico-gramatical do texto, julgue os itens seguintes.

- 8 No trecho “Os medicamentos desempenham um papel essencial na preservação da vida, na promoção da saúde e na garantia de dignidade à população.”, o emprego do sinal indicativo de crase em “à população” decorre da fusão da preposição exigida pelo verbo “garantir”, verbal de “garantia”, com o artigo feminino definido que precede “população”.
- 9 No segmento “Os medicamentos desempenham um papel essencial na preservação da vida”, a expressão “papel essencial” é empregada em sentido conotativo, configurando uma metáfora que atribui aos medicamentos uma função abstrata associada à ideia de importância vital.

- 10 No período “Os medicamentos desempenham um papel essencial na preservação da vida, na promoção da saúde e na garantia de dignidade à população.”, preservaria a correção gramatical e os sentidos originais, sem prejuízo semântico ou estilístico, a substituição da forma verbal “desempenham” por **executam**.
- 11 No segmento “No entanto, no Brasil, o acesso a esses bens fundamentais é dificultado por um fator estrutural grave”, a locução “No entanto” estabelece uma relação de consequência lógica, razão pela qual, sem prejuízo à correção gramatical, pode ser substituída por **Portanto**.
- 12 No segmento “Embora os diversos agentes do setor farmacêutico apontem a alta carga tributária como principal responsável por essa realidade, é inegável que o maior prejudicado é o consumidor final, que acaba arcando com praticamente todos os impostos embutidos ao longo da cadeia produtiva e de comercialização.”, o vocábulo “Embora” introduz uma oração com forma verbal expressa no modo subjuntivo, com função de concessão de espaço a um argumento contrário, reconhecendo a sua existência, sem aceitá-lo como determinante para a conclusão que virá depois.
- 13 No trecho “Embora os diversos agentes do setor farmacêutico apontem a alta carga tributária como principal responsável por essa realidade”, a palavra “agentes”, que costuma apresentar sentido polissêmico, refere-se especificamente aos integrantes do setor farmacêutico.
- 14 No trecho “Embora os diversos agentes do setor farmacêutico apontem a alta carga tributária como principal responsável por essa realidade, é inegável que o maior prejudicado é o consumidor final, que acaba arcando com praticamente todos os impostos embutidos ao longo da cadeia produtiva e de comercialização.”, o elemento “que” — antecedente de “acaba arcando” — retoma “consumidor final”.
- 15 No trecho “Assim, o cidadão, especialmente aquele de menor renda ou portador de doenças crônicas, precisa comprometer uma parcela significativa de seu orçamento”, a forma verbal “precisa comprometer” indica uma ação hipotética e recorrente, o que justifica o emprego do futuro do presente do modo subjuntivo.
- 16 Sem prejuízo gramatical e aos sentidos originais do texto, o trecho “A situação torna-se ainda mais alarmante quando se observa que cerca de 33,9% do preço final dos medicamentos corresponde a tributos” poderia ser reescrito da seguinte forma: **A situação se torna, ainda, mais alarmante quando observam-se que cerca de 33,9% do preço final dos remédios correspondem a tributos.**
- 17 No trecho “Enquanto medicamentos são onerados pesadamente, itens supérfluos ou até prejudiciais à saúde, como o sal de cozinha ou os artigos de joalheria, recebem uma carga tributária menor. Tal incoerência demonstra que o princípio constitucional da essencialidade não vem sendo devidamente respeitado pelas autoridades fiscais brasileiras.”, o segmento “Tal incoerência” funciona como elemento de referência anafórica, e retoma a ideia expressa no período imediatamente anterior.
- 18 Na sentença “A decisão de tributar consideravelmente os medicamentos não é apenas econômica, mas sobretudo política e social. Países que adotaram alíquota zero ou reduzida para esses produtos, como Canadá, México e Reino Unido, compreenderam que facilitar o acesso aos remédios contribui para a prevenção de doenças, a redução de internações, a melhora da qualidade de vida e o aumento da produtividade da população.”, a enumeração após “para” configura paralelismo sintático e contribui para a progressão argumentativa do texto.
- 19 Alteraria a correção gramatical, ainda que houvesse manutenção dos sentidos textuais, a reescrita do trecho “Reduzir impostos sobre bens essenciais não deve ser visto como perda de arrecadação” da seguinte forma: **A redução de impostos sobre bens essenciais não deve ser vista como perda de arrecadação.**
- 20 Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos originais do texto, o trecho “A decisão de tributar consideravelmente os medicamentos não é apenas econômica, mas sobretudo política e social. Países que adotaram alíquota zero ou reduzida para esses produtos, como Canadá, México e Reino Unido, compreenderam que facilitar o acesso aos remédios contribui para a prevenção de doenças, a redução de internações, a melhora da qualidade de vida e o aumento da produtividade da população. Além disso, a redução dos custos com a saúde pública acaba beneficiando o próprio Estado.” poderia ser reescrito da seguinte forma: **A decisão de tributar os medicamentos é apenas econômica, porque o Estado sempre precisou arrecadar mais impostos, porém países como Canadá e Reino Unido que adotaram alíquota zero não pensaram nas consequências sociais e por isso facilita o acesso aos remédios que preveniam doenças e reduzirá internações no futuro. Quando os custos da saúde pública diminuí, o próprio Estado será beneficiado, mas isso não acontece pois a produtividade da população aumenta e melhora a qualidade de vida.**

Uma maleta era protegida por uma senha numérica de 5 dígitos, formada por algarismos de 0 a 9 (isto é, 0 e 9 estão incluídos). A senha era gerada aleatoriamente, com repetição permitida, e todas as possibilidades eram equiprováveis.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, em relação à contagem e à probabilidade de ocorrência de padrões na senha.

- 21 O número de senhas compostas de cinco dígitos distintos é de 30.240.
- 22 O número de senhas que têm exatamente um único par de dígitos iguais, enquanto os outros três dígitos são distintos entre si e diferentes do dígito repetido, é inferior a 50.000.
- 23 A probabilidade de a senha começar com o dígito 0 é de 10%.
- 24 O número de senhas em que aparecem exatamente três dígitos iguais, e em que os outros dois dígitos são distintos entre si e diferentes do dígito repetido, é de 7.200.

Admitindo-se que as proposições “Alysson é mineiro se, e somente se, Beatriz é carioca” e “Carolina é gaúcha se, e somente se, Déborah é acreana” são verdadeiras, e que a proposição “Se Beatriz é carioca, então Carolina é gaúcha” é falsa, julgue os itens a seguir.

- 25 Alysson é mineiro.
- 26 Déborah é acreana.
- 27 A frase “Se Beatriz é carioca, então Carolina é gaúcha” é logicamente equivalente à proposição “Se Carolina não é gaúcha, então Beatriz não é carioca”.

Em uma enquete para escolher o mascote do *campus*, foram contabilizados 2.500 votos, distribuídos assim: capivara (32%); coruja (26%); lobo-guará (18%); onça pintada (14%); e outros (10%).

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 28 O lobo-guará recebeu exatamente 420 votos.
- 29 No gráfico de setores correspondente, o ângulo central do setor da coruja mede 94°.
- 30 Se 200 votos fossem transferidos da capivara para a onça pintada, então a onça pintada passaria a ter mais votos do que a coruja.



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca do Google Meet, do sistema móvel Android e dos conceitos de redes de computadores, julgue os itens a seguir.

- 31 O Google Meet utiliza protocolos de comunicação em tempo real com base em tecnologias WebRTC, permitindo a transmissão de áudio e vídeo diretamente pelo navegador, sem a necessidade de *plugins* adicionais.
- 32 No Google Meet, a criptografia aplicada às reuniões garante que apenas os participantes consigam acessar o conteúdo transmitido, caracterizando, assim, a criptografia de ponta a ponta em todas as modalidades de uso da ferramenta.
- 33 O Android adota uma arquitetura em camadas que inclui componentes como Kernel Linux, bibliotecas nativas, *runtime* (ART) e *framework* de aplicações, os quais são responsáveis, conjuntamente, pelo funcionamento do sistema.
- 34 Atualizações do sistema Android dependem apenas do Google, sendo distribuídas de forma uniforme e simultânea para todos os dispositivos, independentemente do fabricante ou da operadora.
- 35 Em redes de computadores, a latência está relacionada ao tempo necessário para que um pacote de dados saia da origem e alcance o destino.

Com relação ao navegador Microsoft Edge, aos conceitos de *firewalls* e à inteligência artificial, julgue os itens seguintes.

- 36 O Microsoft Edge implementa recursos de segurança que incluem proteção contra *sites* maliciosos e *phishing*, integrando-se aos mecanismos de segurança do sistema operacional Windows.
- 37 Em ambientes corporativos, a implementação de *firewalls* na camada de aplicação elimina a necessidade de outros mecanismos de segurança, como sistemas de detecção e prevenção de intrusões.
- 38 Os *Firewalls* que se baseiam em inspeção profunda de pacotes realizam a descryptografia obrigatória de todo o tráfego criptografado que atravessa a rede, independentemente de configuração ou de políticas específicas, para garantir a análise completa dos dados.
- 39 Na inteligência artificial, algoritmos de aprendizado supervisionado utilizam conjuntos de dados previamente rotulados para treinar modelos capazes de realizar classificações ou previsões.
- 40 Modelos de inteligência artificial com base em aprendizado profundo dispensam grandes volumes de dados, pois a sua principal vantagem é o desempenho elevado, mesmo com conjuntos reduzidos de treinamento.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

De acordo com a CRFB/1988, com a Lei nº 5.905/1973, com o Decreto nº 94.406/1987, com a Lei nº 14.133/2021, e com as Resoluções COFEN nº 507/2016, nº 564/2017, nº 581/2018, nº 584/2018, nº 609/2019, nº 706/2022, nº 721/2023, nº 769/2024 e nº 782/2025, julgue os itens a seguir.

- 41 O direito à vida, previsto no art. 5º da Constituição Federal de 1988, serve de fundamento para a proteção constitucional ao direito à saúde.
- 42 A Constituição Federal de 1988 impõe ao Estado o dever de formular políticas públicas que reduzam o risco de doenças.
- 43 As ações e os serviços públicos de saúde podem ser executados diretamente ou por terceiros, mediante pessoa física ou jurídica de direito privado.
- 44 A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, sendo vedada qualquer forma de regulamentação estatal.
- 45 Em conformidade com o modelo constitucional de organização do Sistema Único de Saúde (SUS), a descentralização constitui diretriz estruturante, implicando a existência de comando único nas esferas federal, estadual e municipal, sem prejuízo da cooperação técnica e financeira entre os entes federados.
- 46 Embora submetidos à supervisão finalística do Conselho Federal de Enfermagem, os Conselhos Regionais de Enfermagem exercem autonomia administrativa e financeira, nos estritos limites da Lei, característica essa que é inerente às autarquias corporativas responsáveis pela fiscalização do exercício profissional.
- 47 O Conselho Federal de Enfermagem exerce função meramente consultiva, sem poder normativo.
- 48 Compete aos Conselhos Regionais aplicar as penalidades aos profissionais de enfermagem.
- 49 O planejamento, a organização, a coordenação e a avaliação dos serviços de enfermagem são atribuições do enfermeiro.
- 50 Susponha-se que, durante a rotina de um hospital público, um auxiliar de enfermagem, diante da ausência momentânea do enfermeiro responsável, tenha realizado, por iniciativa própria, procedimentos que demandam maior complexidade técnica, sem supervisão direta, alegando que possuía experiência profissional adquirida ao longo dos anos. Nesse caso, é correto afirmar que o auxiliar de enfermagem tem a permissão para executar cuidados de maior complexidade técnica de forma independente, desde que ele tenha experiência prática comprovada.
- 51 O técnico de enfermagem pode participar da execução da assistência de enfermagem, conforme orientação do enfermeiro.
- 52 Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o planejamento constitui uma fase obrigatória do processo de contratação pública, devendo anteceder a seleção do fornecedor e a execução contratual.
- 53 A licitação tem como objetivo selecionar a proposta mais vantajosa e promover o desenvolvimento nacional sustentável.
- 54 Nas licitações, o sigilo é regra, sendo a publicidade exceção legalmente prevista.
- 55 A Lei nº 14.133/2021 afastou a aplicação dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, passando a disciplinar, de forma autônoma, o regime jurídico das licitações e os contratos administrativos.
- 56 O empregado público do Sistema COFEN/COREN deve atuar com lealdade às instituições e ao interesse público.
- 57 Não é direito do profissional de enfermagem recusar-se a executar atividades que contrariem preceitos éticos ou legais.
- 58 O sigilo profissional pode ser quebrado a qualquer tempo, por conveniência pessoal do profissional.
- 59 O registro de títulos acadêmicos tem por finalidade garantir a fidedignidade das informações profissionais.
- 60 Suponha-se que um profissional de enfermagem inscrito no Conselho Regional, possuindo débitos decorrentes de anuidades em atraso, optou por aderir ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído no âmbito do Sistema COFEN/Conselhos Regionais. Posteriormente, o profissional sustentou que a adesão ao programa teve caráter meramente administrativo e que não implicaria reconhecimento da dívida, podendo, ainda, discutir a existência do débito em esfera própria. Nesse caso, é correto afirmar que, à luz da Resolução COFEN nº 584/2018, a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal implica reconhecimento do débito pelo interessado.
- 61 Não é necessário o registro da especialização de nível médio para o exercício da respectiva função especializada.
- 62 O processo ético-disciplinar possui natureza administrativa, e não judicial.
- 63 A instauração de processo ético-disciplinar pode ocorrer independentemente da existência de indícios mínimos de infração ética, bastando, para isso, a mera notícia de fato.
- 64 A empresa que explorar serviços de enfermagem deverá manter responsável técnico regularmente registrado.

- 65** O Manual de Procedimentos Administrativos constitui-se como um instrumento normativo destinado a orientar e padronizar a prática dos atos administrativos pelos Conselhos Regionais, com vistas à uniformização de procedimentos e ao fortalecimento da segurança jurídica.
- 66** No âmbito do exercício profissional da enfermagem, a anotação de responsabilidade técnica (ART) é o instrumento legalmente exigido para o registro e a formalização da responsabilidade técnica assumida pelo enfermeiro junto ao respectivo Conselho Regional.
- 67** A ART é facultativa ao enfermeiro, podendo ser substituída por outros instrumentos administrativos que comprovem o vínculo profissional.
- 68** Suponha-se que, durante uma fiscalização realizada pelo Conselho Regional de Enfermagem, um enfermeiro tenha sustentado que a sua atuação profissional deveria ser analisada exclusivamente à luz da legislação federal que regulamenta a profissão, sendo irrelevante o descumprimento de normas éticas ou de orientações administrativas expedidas pelo sistema profissional. Nesse caso, à luz do regime jurídico aplicável ao exercício da enfermagem, é correto afirmar que o exercício profissional da enfermagem deverá observar, simultaneamente, normas éticas, legais e administrativas.
- 69** O poder normativo exercido pelo Conselho Federal de Enfermagem decorre diretamente da Constituição Federal de 1988, que lhe confere competência originária para editar atos normativos.
- 70** Suponha-se que, em um determinado município, a Administração Pública, diante da insuficiência da rede própria para atender à demanda da população, tenha firmado contratos com hospitais e com clínicas privadas para a prestação de serviços de saúde, observando as diretrizes e os princípios do SUS. Em questionamento administrativo, sustentou-se que a Constituição Federal de 1988 não autorizava a participação da iniciativa privada na assistência à saúde pública. Nesse caso, é correto afirmar que, à luz da Constituição Federal de 1988, a participação da iniciativa privada na assistência à saúde é admitida, de forma complementar, ao SUS.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando a Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir.

- 71** É assegurado a todos o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo e geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- 72** A Administração Pública Direta e a administração indireta obedecerão aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, sendo vedada a criação de outros princípios por Lei.
- 73** As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão objetivamente pelos danos que os seus agentes causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- 74** O controle externo é exercido exclusivamente pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que atua de forma independente do Congresso Nacional.

Com base na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), julgue os itens a seguir.

- 75** O concurso e o leilão deixaram de ser modalidades licitatórias com a entrada em vigor da Lei nº 14.133/2021, passando a ser classificados como procedimentos auxiliares.
- 76** O procedimento de contratação direta deve ser instruído com elementos como o documento de formalização da demanda, a estimativa de despesa, razão da escolha do contratado e a justificativa do preço.

De acordo com a Lei Complementar nº 123/2006, julgue os itens seguintes.

- 77** A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte deve ser exigida somente no momento da assinatura do contrato, e não como condição de habilitação.
- 78** A Lei Complementar nº 123/2006 estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte, inclusive no que se refere ao acesso a mercados e à simplificação de obrigações.

Acerca das alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/2001 na Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e na legislação do mercado de capitais, julgue os itens a seguir.

- 79** Após a reforma promovida pela Lei nº 10.303/2001, a emissão de ações preferenciais sem direito a voto permanece livre, sem a necessidade de concessão de qualquer vantagem patrimonial ou política mínima.
- 80** A Lei nº 10.303/2001 reforçou a governança corporativa, inclusive ao ampliar os mecanismos de participação e a proteção de acionistas minoritários na estrutura de administração das companhias.

No que diz respeito à Lei nº 6.404/1976, às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) e aos Pronunciamentos Técnicos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), julgue os itens seguintes, acerca do reconhecimento, da mensuração e da evidenciação dos elementos patrimoniais e de resultado.

- 81** Os fatos contábeis permutativos alteram a composição dos elementos patrimoniais, mas não modificam o valor total do patrimônio líquido.
- 82** A existência de situação líquida positiva, evidenciada contabilmente, constitui uma condição suficiente para afirmar que a entidade possui capacidade de continuidade operacional no curto e no longo prazo.
- 83** A constituição de reservas de lucros, por ocasião da destinação do resultado do exercício, configura fato contábil modificativo que altera o patrimônio líquido, sem afetar o resultado do período.
- 84** Os critérios de avaliação dos componentes patrimoniais visam assegurar que ativos e passivos sejam apresentados por valores que representem adequadamente a sua capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou de sacrifícios econômicos.
- 85** As reservas de lucros e as provisões possuem natureza contábil semelhante, uma vez que ambas representam retenções de recursos para a cobertura de perdas ou de obrigações futuras.
- 86** As contas integrantes do patrimônio líquido devem ser apresentadas no balanço patrimonial em ordem decrescente de exigibilidade.
- 87** A demonstração das mutações do patrimônio líquido evidencia, de forma sintética, as alterações ocorridas nas contas do patrimônio líquido, devendo ser complementada por notas explicativas, quando for necessário.
- 88** A demonstração dos fluxos de caixa não decorre diretamente dos lançamentos contábeis individuais, sendo elaborada a partir da análise das variações das contas patrimoniais e de resultado.
- 89** As alterações nos critérios de avaliação de ativos, como as reavaliações ou os ajustes a valor justo, afetam diretamente os fluxos de caixa do período.
- 90** O plano de contas tem por finalidade exclusiva padronizar os registros contábeis, não influenciando a forma de apresentação das demonstrações contábeis.

Acerca dos conceitos, dos procedimentos e das normas da contabilidade aplicada ao setor público, bem como das regras previstas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e na estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), julgue os itens a seguir, considerando as normas legais e as normativas vigentes.

- 91** A contabilidade aplicada ao setor público tem como objeto o orçamento público, não abrangendo o controle patrimonial nem a apuração de custos.
- 92** O campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público restringe-se à Administração Direta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

- 93** O ciclo orçamentário compreende as fases de elaboração, discussão, aprovação, execução e controle do orçamento público.
- 94** A classificação da receita pública por natureza busca identificar a origem do recurso e o fato gerador do ingresso.
- 95** O patrimônio público compreende o conjunto de bens, direitos e obrigações pertencentes às entidades do setor público, mensuráveis ou não monetariamente.
- 96** A demonstração das variações patrimoniais evidencia apenas as variações quantitativas do patrimônio público.
- 97** O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) apresenta caráter meramente orientativo, não sendo referência obrigatória para a contabilidade das entidades públicas.
- 98** Na contabilidade aplicada ao setor público, o reconhecimento das variações patrimoniais aumentativas independe da ocorrência de execução orçamentária.
- 99** No balanço orçamentário, o superávit orçamentário indica, necessariamente, o aumento do patrimônio líquido da entidade pública.

Acerca da apuração do resultado do exercício, incluindo o encerramento de contas de receitas e despesas, o regime de competência, ajustes, as provisões, as apropriações e a transferência do resultado ao patrimônio líquido, julgue os itens a seguir.

- 100** No encerramento do resultado do exercício, o saldo das contas de receitas e despesas deve ser transferido para conta transitória, como a “apuração do resultado do exercício”, antes da destinação ao patrimônio líquido.
- 101** Se um bem do imobilizado for vendido, a baixa contábil exigirá: retirada do custo do ativo; retirada da depreciação acumulada; e reconhecimento de ganho/perda na DRE.

A respeito dos procedimentos de conciliação bancária, da conciliação de contas a receber e da conciliação de contas a pagar, incluindo identificação de divergências, ajustes, estornos, registros contábeis e controles internos, julgue os itens seguintes.

- 102** Em conciliação bancária, cheques emitidos e ainda não compensados devem constar como ajuste do saldo contábil, pois já foram contabilizados pela empresa.
- 103** As tarifas bancárias lançadas no extrato e ainda não contabilizadas devem ser tratadas como ajuste do saldo do extrato, e não como lançamento contábil.
- 104** Um pagamento efetuado a fornecedor com valor maior do que o devido deve ser reconhecido como despesa no resultado, pois representa custo adicional.

Quanto às retenções na fonte (IRRF, INSS, PIS/COFINS/CSLL e ISS), julgue os itens a seguir, considerando os documentos fiscais aplicáveis e os seus reflexos na escrituração contábil.

- 105** A conferência de documentos fiscais envolve a verificação de pontos como Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP), Código de Situação Tributária (CST), base de cálculo e alíquotas, pois erros nesses campos podem gerar risco fiscal e divergências contábeis.
- 106** Quando uma empresa paga salário a um empregado com IRRF descontado, o IRRF deve ser reconhecido como despesa tributária da empresa, pois o recolhimento é uma obrigação do empregador.
- 107** Na retenção de PIS/COFINS/CSLL (CSRF) sobre o pagamento a um prestador PJ, a fonte pagadora reconhece a retenção como passivo tributário e paga ao fornecedor o valor líquido.

Acerca das obrigações acessórias tributárias e digitais vigentes (DCTF/DCTFWeb; DIRF; SPED; EFD-Reinf; ECD; e ECF), bem como dos prazos, dos procedimentos e das penalidades aplicáveis, julgue os itens a seguir.

- 108** A ECF é elaborada com base em dados fiscais e contábeis. Portanto, se a empresa retificar a ECD após o envio da ECF, a ECF, obrigatoriamente, fica, de imediato, retificada pelo SPED.
- 109** No cenário digital, o controle de prazos de obrigações acessórias deve incluir rotinas de validação e conciliação entre contabilidade (ECD), fiscal (ECF) e eventos (eSocial/EFD-Reinf/DCTFWeb), pois divergências geram autuações por cruzamento eletrônico.
- 110** A ECF é uma obrigação acessória utilizada para a confissão de débitos previdenciários e de retenções, com base em informações transmitidas pelo eSocial e pela EFD-Reinf.



RASCUNHO

Em relação à ética na função pública, aos princípios da Administração Pública, à moralidade administrativa, à improbidade administrativa, aos deveres do administrado, à transparência e ao acesso à informação e proteção de dados pessoais (LGPD), julgue os itens a seguir.

- 111** A ética na função pública limita-se ao cumprimento das normas legais, não se relacionando com os valores morais ou com os padrões de conduta pessoal do agente público.
- 112** O princípio da impessoalidade permite que o agente público atue conforme suas convicções pessoais, desde que não haja prejuízo ao erário.
- 113** Um ato administrativo pode ser considerado inválido se, embora legal, violar o princípio da moralidade administrativa.
- 114** A Lei nº 8.429/1992 pune qualquer ilegalidade praticada por agente público, independentemente da existência de dolo.
- 115** Atualmente, a responsabilização por improbidade administrativa admite a modalidade culposa nos casos de prejuízo ao erário.
- 116** A Lei nº 9.784/1999 assegura aos administrados o direito ao contraditório e à ampla defesa nos processos administrativos.
- 117** O administrado não possui deveres no processo administrativo, sendo estes atribuídos exclusivamente à Administração Pública.
- 118** A Lei de Acesso à Informação estabelece que o sigilo é a regra na Administração Pública; e a publicidade, a exceção.
- 119** As informações de interesse coletivo ou geral devem ser divulgadas sempre que possível, independentemente de solicitação.
- 120** A LGPD não se aplica à Administração Pública, pois o tratamento de dados pelo Estado decorre do interesse público.



RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Como funciona a caneta emagrecedora

O termo “caneta emagrecedora” refere-se a um dispositivo injetável que contém medicamentos desenvolvidos para o tratamento da obesidade e do sobrepeso e devem ser indicadas sempre sob orientação médica. Ela auxilia na perda significativa de peso. Como funciona a caneta emagrecedora vai depender do organismo de cada indivíduo. Mas de maneira geral ela promove o aumento da saciedade, a redução do apetite, o retardo do esvaziamento do estômago e o controle glicêmico. Os medicamentos pertencem à classe dos agonistas do receptor do peptídeo-1, semelhante ao Glucagon (GLP-1). Fazem parte dessa classe a semaglutida (Ozempic, Wegovy), a liraglutida (Saxenda) e a tizerpatida (Mounjaro).

Internet: <saudeamericas.com.br> (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Saúde pública e o atual cenário social sobre as canetas emagrecedoras

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) panorama social de pouco acesso às canetas emagrecedoras para a maior parte da população brasileira;
- b) possibilidade de as canetas emagrecedoras serem um instrumento de segurança alimentar para seus usuários; e
- c) impacto negativo e preocupante acerca das canetas emagrecedoras em escala internacional.